

## **Histórias gerais, histórias particulares: Pedro Calmon e a prática historiográfica na década de 1960**

Nayara Galeno do Vale<sup>1</sup>

**Resumo:** Diversas análises idealizam a criação dos cursos universitários como um marco da modernização da produção histórica brasileira. Entretanto, é necessário perceber que nas primeiras décadas após a criação dos primeiros cursos universitários de História, a produção proveniente do ambiente universitário coexistiu com uma historiografia externa à universidade e empreendida por diletantes e autodidatas congregados em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) era membro das duas instituições. Em 1961, na condição de reitor da Universidade do Brasil, foi convidado a proferir uma conferência no Primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. O trabalho em questão objetiva comparar a compreensão de Pedro Calmon acerca do ensino e da escrita da história do Brasil com as diferentes propostas que estavam em discussão no referido encontro.

**Palavras-chave:** intelectuais ; História do Brasil ; Pedro Calmon.

**Resumé:** Plusieurs analyses idéalisent la création de cours universitaires comme une nouvelle étape de la modernisation de la production historique brésilienne. Cependant, il faut réaliser que dans les premières décennies après la création de premières facultés et cours universitaires d'histoire la production académique coexistait avec une historiographie externe à l'université e que cette production a été réalisé pour diletantes et autodidactes des institutions telles que l'Institut historique et géographique brésilien et l'Académie brésilienne des lettres. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) était un membre de ces deux institutions. En 1961, comme le recteur de l'Université du Brésil, il a été invité à donner une conférence au Première Symposium des Professeurs d'Histoire de l'Enseignement Supérieur. Ce travail vise à comparer la compréhension de Pedro Calmon sur l'enseignement et l'écriture de l'histoire du Brésil avec les différentes propositions qui ont été discutées lors de cette réunion.

**Mots-clés:** intellectuels ; Histoire du Brési ;, Pedro Calmon.

Ao tentar desvendar os mecanismos de funcionamento do campo científico, Pierre Bourdieu aponta a existência de dois tipos diferentes de poder, correspondentes a duas naturezas de capital científico. O primeiro está relacionado a um aspecto político e se manifesta na ocupação de postos relevantes em instituições científicas, como cargos de direção e pertencimento a comissões. O segundo se baseia no reconhecimento dos pares e no princípio de que o detentor contribuiu significativamente para o progresso da ciência. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985), reitor da Universidade do Brasil nas décadas de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do CNPq. E-mail: nayaraghist@gmail.com.

1950 e 1960, indubitavelmente era detentor de um poder oriundo da primeira forma de capital científico descrita por Bourdieu (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Calmon ocupara o cargo de reitor desde 1948, com um breve interregno entre os anos de 1950 e 1951, período no qual foi Ministro da Educação. Formou-se em Direito no ano de 1924, tornando-se livre docente de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1934. Em 1938 prestou concurso para a cátedra de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no qual foi bem sucedido. No mesmo ano, assumiu a direção da mesma Faculdade, cargo do qual só sairia para assumir a reitoria da Universidade, dez anos depois.

Apesar de sua formação no campo do Direito, ao longo de sua trajetória intelectual, Pedro Calmon publicou cerca de cinquenta livros, boa parte deles dedicados a temáticas de História do Brasil.<sup>2</sup> No início dos anos 1960, além de ocupar o cargo de maior importância em uma das principais universidades do país, Pedro Calmon acabara de publicar uma alentada obra por uma das mais prestigiadas editoras brasileiras, a José Olympio. O jornal *Correio da Manhã* de 18 de fevereiro de 1960 noticiava na coluna “Escritores e Livros”, mantida pelo crítico José Condé<sup>3</sup>, que “o historiador Pedro Calmon recebeu vinte milhões de direitos autorais pela publicação (recente) de sua ‘História do Brasil’ em sete volumes”. A nota se encerra com o seguinte questionamento: “Qual escritor, no Brasil, que já ganhou tamanha bolada com livros e, o que é mais importante ainda, de uma só vez?” (*Correio da Manhã*, 1960).

Por outro lado, a nota também informa que o editor José Olympio não enviou a coleção para os habituais críticos e colunistas, a quem costumava remeter suas edições, pois julgava não haver necessidade de qualquer publicidade em torno da obra. Segundo a nota informa, o livro seria vendido pelo sistema de prestação, por meio do qual a venda estaria “sempre garantida” (*Correio da Manhã*, 1960).

No contexto dos anos 1960, engajados nos debates acerca do ensino da História, da profissionalização do professor da disciplina e das relações entre o ensino e a pesquisa, professores universitários de História de todo o Brasil reuniram-se na cidade de Marília para o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior (FERREIRA, 2013, p. 72). A

---

<sup>2</sup> DOYLE, Plínio. Bibliografia de Pedro Calmon. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 147(351), p. 585-614, abr./jun. 1986.

<sup>3</sup> Coluna mantida no jornal entre os anos 1952 e 1969. O intuito principal da coluna era a divulgação de eventos literários e principalmente de livros. Pela sua rede de relações no meio literário da época, José Condé obtinha informações privilegiadas sobre obras e originais, antecipando lançamentos, projetos de livros e até mesmo a possível vendagem e receptividade do público (COSTA, 2013).

posição de Calmon à frente da reitoria da Universidade do Brasil valeu-lhe o convite para proferir a conferência de abertura do simpósio, realizado em 1961<sup>4</sup>.

Investigaremos nesse trabalho que tensões e diálogos a respeito dos rumos do ensino e da escrita da História tiveram lugar no evento. Procuraremos comparar a compreensão de Pedro Calmon acerca do ensino e da escrita da história do Brasil, defendidos em sua conferência, com outros projetos e concepções que estavam em discussão no encontro. Busca-se perceber em que medida o fato de ocupar um cargo relevante e ser um autor reconhecido garantiam a Calmon uma aceitação entre aqueles que considerava seus pares.

\*\*\*

Nos países europeus, desde meados do século XIX, o meio universitário propiciava encontros com vistas a fomentar a circulação de ideias entre os homens de ciência e intelectuais provenientes de diversos países. Tais reuniões convocadas periodicamente na forma de congressos, simpósios e encontros possibilitavam interlocuções acerca de leituras, fontes disponíveis, temáticas e métodos de trabalho (GUIMARÃES, 2005, p. 148).

No Brasil, dada a inexistência de diversas formações universitárias até a década de 1930, tais encontros foram promovidos por associações científicas e de letrados. Lucia Paschoal Guimarães aponta que no âmbito dos estudos históricos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve papel pioneiro, realizando em 1914 o Primeiro Congresso de História Nacional; ela utiliza como fontes os anais do congresso publicados com o intuito de registrar a memória do encontro. Tais obras de referência, segundo a autora, representam importantes inventários a respeito de uma disciplina em época delimitada (GUIMARÃES, 2005, p. 149). A partir das comunicações apresentadas no Primeiro Congresso, Guimarães conclui que no início do século XX, a historiografia brasileira mostrava-se íntima das principais tendências europeias que guiavam os estudos da área. Tais tendências eram a escola metódica em sua vertente francesa, representada pelos escritos de Langlois e Seignobos e o nacionalismo destinado a proporcionar lições de civismo e exemplos para as gerações vindouras (GUIMARÃES, 2005, p. 166).

Passadas décadas da realização do Primeiro Congresso de História Nacional, nos anos 1960, a atividade historiográfica se modificara e o meio universitário empenhava-se em se

---

<sup>4</sup> O I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, doravante denominado apenas I Simpósio, foi realizado em Marília entre os dias 15 e 20 de outubro do ano de 1961.

converter em um ambiente de troca de ideias, de renovação do conhecimento e de discussão acerca dos currículos dos cursos de História.

Ao longo dos anos 1950 se fortaleceu no Brasil a tendência a valorizar as formações universitárias, criadas na década de 1930, como fundamentais para o desempenho do estudo e da escrita da história. Tal disposição se fundamentou no desejo de fundar uma prática historiográfica dita moderna. Havia um entendimento de que era necessário superar a produção amadora e erudita por meio do estabelecimento de uma escrita especializada, baseada no domínio de conceitos, metodologias e técnicas (VENANCIO, 2016, p.437-438).

A história precisava se definir disciplinar e intelectualmente de maneira a demarcar os fundamentos que diferenciavam o seu exercício de outras atividades intelectuais. As discussões giravam em torno da consideração das especificidades da disciplina histórica e do reconhecimento de que suas práticas requeriam o aprendizado de conhecimentos singulares e especializados a serem desenvolvidos no interior dos cursos universitários (VENANCIO, 2016, p. 438). Ao lado da consciência da necessidade de definir os critérios para o exercício do ofício do historiador, subsistia a figura do autodidata.

Raquel Glezer, referindo-se aos historiadores brasileiros a partir dos anos 1930, classifica-os em dois grupos: “historiadores por vocação” e “historiadores por formação”. Os “historiadores por vocação” são aqueles que, apesar de formados em outras áreas de conhecimento, dedicaram-se à História. Esse primeiro grupo foi responsável pela criação da história nacional. O segundo grupo, o dos “historiadores por formação”, teria se formado após o estabelecimento dos cursos universitários de Geografia e História, instituídos no Brasil a partir da década de 1930. Glezer afirma que o primeiro grupo precedeu o segundo e continuou a existir concomitantemente a tais cursos universitários (GLEZER, 1976, p. 88).

Esses “historiadores por vocação” escreviam suas histórias ligados a instituições existentes no país desde o século XIX, como o Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e outros institutos, museus e academias espalhados pelo país (ANHEZINI, 2011, p. 229). Pedro Calmon era um deles.

Discordamos do título dado a Glezer a historiadores como Pedro Calmon, pois, apesar de não serem formados em cursos superiores de História, inexistentes no Brasil, a maior parte dos chamados “historiadores por vocação” era formada em cursos de Direito. Apesar das faculdades de Direito não se configurarem como único espaço de formação dos intelectuais brasileiros, os “bacharéis” formados por elas se mostraram atuantes como intelectuais em diversos campos do saber como a História, a Geografia, a Literatura e o Jornalismo, mostrando engajamento na política e na formação ideológica brasileira.

A maior parte dos trabalhos que se dedica a analisar a produção historiográfica brasileira representa a sua trajetória como linear e orientada para a busca da cientificidade, daí ser recorrente nessas análises o emprego de dicotomias como tradicional-moderno, ensino-pesquisa, atraso-renovação (FREITAS, 2006, p. 13). Essas análises tendem a conceber e idealizar a criação dos cursos universitários como um marco da modernização da produção histórica. Entretanto, é necessário perceber que durante décadas a produção proveniente do ambiente universitário coexistiu com uma historiografia anterior, externa à universidade e empreendida por autodidatas formados em outras áreas, a exemplo de Pedro Calmon.

No I Simpósio, a identidade do profissional de História que se pretendia constituir a partir dos cursos universitários era objeto de disputa. Discutia-se qual seria a configuração curricular mais adequada para “treinar” pesquisadores capazes de aperfeiçoar os estudos históricos, sem descurar a formação dos professores secundários. Disputas perpassaram os debates a respeito da construção de um currículo mais adequado à formação do futuro profissional de História. Tais discussões diziam respeito a um modelo que se buscava afirmar no início dos anos 1960.

Pretendia-se delimitar o campo de atuação dos licenciados em História. A lei federal n.º 2.594, de 8 de setembro de 1955 dispôs sobre o desdobramento dos cursos de História e Geografia nas faculdades de filosofia e prescreveu a separação das duas áreas, até então unidas nos cursos universitários, em formações independentes.<sup>5</sup> Tal mudança é expressiva da consideração das especificidades dos campos disciplinares e do reconhecimento de que suas práticas requeriam o aprendizado de conhecimentos singulares e especializados a serem desenvolvidos no interior dos cursos universitários (VENACIO, 2016, p. 438).

Uma leitura dos anais do I Simpósio mostra que, mesmo que a separação dos cursos tenha sido estabelecida por lei, nem todas as Faculdades de Filosofia davam cumprimento ao dispositivo.<sup>6</sup> Os anais também informam que estava em vigência a portaria n.º 478, de 8 de junho de 1954, que permitia a licenciados de Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais o registro também de professor de História.<sup>7</sup> Assim, os professores envolvidos no evento argumentavam que a especialização cumpriria um papel fundamental no aprimoramento do sistema educacional.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 21 jul 2015.

<sup>6</sup> Uma leitura da moção nove, encaminhada ao I Simpósio por Cecília Maria Westphalen (Universidade do Paraná) e Antonio Camillo de Faria Alvim (Universidade de Minas Gerais), aponta que em 1961, nem todas as Faculdades de Filosofia davam cumprimento à lei federal vigente (ANAIS, 1962, p. 291).

<sup>7</sup> A moção dez, encaminhada por 26 professores de instituições públicas e privadas de diversos estados brasileiros, reivindica a revogação da portaria (ANAIS, 1962, p. 292).

A edição dos anais foi empreendida pela Comissão Executiva do encontro, que era formada pelos professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, José Roberto do Amaral Lapa (História do Brasil), Olga Pantaleão (História Moderna e Contemporânea), Oswaldo Elias Xidieh (Noções de Sociologia) e Uacury Ribeiro de Assis Bastos (História da América). Tais professores foram encarregados de registrar para a posteridade as discussões que tiveram lugar na cidade de Marília naqueles dias de outubro do ano de 1961 (ANAIS, 1962, p. 16).

Logo na Introdução é ressaltado pela Comissão Executiva que a tarefa de editar os anais foi “árdua e ingrata”, principalmente pela diversidade de assuntos tratados no evento. Segundo os organizadores, haviam sido “postos em questão, senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil”. Apesar da convicção expressa nessa colocação, os autores em seguida expressam uma suposta despretensão ao afirmar que o mérito do evento podia ser expresso na criação de condições, antes inexistentes, “para um primeiro desbastamento do espesso feixe de problemas relativos ao ensino da História” (ANAIS, 1962, p. 9).

Por meio do registro nos anais, os organizadores do evento buscam expressar o caráter de novidade do encontro no que concerne às discussões a respeito do ensino de História. O discurso introdutório aos anais do evento desqualifica a experiência de instituições e eventos anteriores que serviram como cenário para debates acerca do ensino e da escrita da História.<sup>8</sup> Era importante para os professores envolvidos no evento a afirmação de que estavam criando algo novo, uma vez que se fazia necessário diferenciar o que estava sendo produzido na universidade da produção empreendida em outros espaços.

Os anais do I Simpósio registram também a criação da Associação dos Professores Universitários de História (APUH), que viria mais tarde a se chamar Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), e a eleição de sua primeira diretoria. A instituição se constituiu como espaço para legitimação dos profissionais da área de História e do saber histórico. Criada nos meios universitários, a APUH buscou associar a representação do profissional ideal de História ao professor universitário – produtor de conhecimento – em oposição à imagem do professor do ensino secundário – reproduzidor dos conhecimentos tecidos nos cursos universitários (SILVA, 2014, p. 313).

---

<sup>8</sup> Uma primeira interlocução nacional entre professores de História havia ocorrido entre 12 e 18 de julho de 1959, na Semana de Estudos Americanos. O evento teve lugar na Universidade do Brasil e reuniu representantes de instituições como a PUC-RJ, o Colégio Pedro II, a Faculdade Nacional de Filosofia, a USP, a Universidade de Pernambuco, a Universidade da Bahia e ainda catorze professores norte-americanos (PEREIRA, 2010, p. 73).

O Regulamento do Simpósio estabelecia que, uma vez considerado que o evento tinha em vista “apenas o aprimoramento do ensino de História no Brasil”, os participantes deveriam comprometer-se a seguir rigorosamente o regimento e a colaborar para o bom andamento das discussões. Silva identifica nos anais do evento uma tentativa de “domesticar” a memória de forma a restringir vozes discordantes e em desarmonia com a orientação que os professores da Universidade de São Paulo desejavam conferir ao evento. O autor assinala a existência no evento de posições marcadas e contrárias entre um grupo de professores de São Paulo e do Rio de Janeiro (SILVA, 2014, p. 313).

Os primeiros, segundo o autor, buscavam evitar que debates mais abrangentes como a questão da Reforma Universitária, as polêmicas a respeito do regime de cátedras e a adequação dos currículos à realidade brasileira viessem à tona sob a alegação de que fugiam ao propósito do evento de debater o currículo dos cursos de História.<sup>9</sup> Os professores do Rio de Janeiro, por outro lado, foram identificados como defensores de uma história “crítica” e “engajada”, mais próxima, segundo Silva, dos “diálogos com a classe estudantil”, com a qual compartilhavam uma visão da disciplina histórica e de sua prática como recursos para a produção de transformações na sociedade brasileira, e não apenas de observação de realidades (SILVA, 2014, p. 205).

Tal leitura foi apropriada do texto escrito por Francisco Falcon para a edição do último número (o de número sete) do *Boletim de História*, publicado em 1963. O Boletim era uma publicação do Centro de Estudos de História, fundado pelos alunos do curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia em 1958.<sup>10</sup> Falcon afirma que no I Simpósio os “professores do Rio” foram enxergados pelos organizadores como “subversivos” e “desejosos de fazer política”. Sua crítica diz respeito à superficialidade das discussões e a dissociação destas da realidade brasileira. Segundo ele, a imposição dos organizadores do Simpósio era discutir as bases do “currículo ideal”, sem, contudo, fazer menção aos reais problemas que as universidades enfrentavam (PEREIRA, 2010, p. 74).

Deve-se atentar para o fato de que o texto de Francisco Falcon não pode ser tomado como portador de neutralidade, mas como um escrito produzido por alguém que também buscou marcar uma posição nas batalhas pela memória acerca da realização do Primeiro Simpósio e da fundação da APUH (POLLAK, 1989). Se os anais do Simpósio portam as

---

<sup>9</sup> O regime de cátedras estabelece o professor catedrático como o primeiro na hierarquia docente e define como exigência para o provimento no cargo concursos públicos de títulos e provas. Os demais professores eram “auxiliares”(FÁVERO, 2000).

<sup>10</sup> O Boletim era publicado pelos alunos com o financiamento da reitoria, que passava pela direção da Faculdade Nacional de Filosofia. O reitor era Pedro Calmon e o diretor da faculdade era Eremildo Luiz Vianna (MESQUITA, 1998. p. 10).

marcas das seleções empreendidas pela Comissão Executiva do evento, que ficara responsável por sua elaboração, também o relato de Falcon carrega o “olhar” do autor sobre o evento e suas indicações acerca do que seria relevante tratar na ocasião. Sua exposição do encontro criou uma dualidade expressa nas posições dos “professores do Rio”, que buscavam discutir o projeto de universidade que se buscava construir a partir de um debate mais amplo acerca da reforma universitária, e dos “professores de São Paulo”, afeitos a uma discussão vazia do currículo pelo currículo. Tal dualidade foi reproduzida nos trabalhos que tomaram os anais do I Simpósio como fontes.

Faz-se necessário que nos aprofundemos na discussão dos anais do I Simpósio para verificarmos em que medida a discussão do “currículo pelo currículo” não encetava questões e disputas maiores a partir do que seria importante ensinar. Longe de serem neutros, os currículos traduzem processos de seleção e organização de conteúdos. Também são espaços de disputas, uma vez que são construídos a partir de enfrentamentos e discussões entre diferentes propostas e posicionamentos defendidos por grupos sociais. A partir de tais disputas, os currículos são concebidos e colocados em prática.<sup>11</sup>

O Primeiro Simpósio de Professores Universitários de História teve como convidados três conferencistas: o Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon, o professor da Sorbonne Michel Mollat e o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que ao que tudo indica não compareceu ao evento, mas enviou o texto de sua conferência para compor os anais. Além das conferências, sete sessões deveriam tratar de temáticas previamente estabelecidas pela organização do evento. Cada uma das temáticas havia sido discutida anteriormente e o produto de tais discussões era um relatório elaborado por um relator escolhido pela organização do evento. Tal relatório era lido e debatido pelos presentes nas sessões do encontro.

De especial interesse para o nosso estudo é o tema III, que tinha por título “O estudo da História da América e da História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação”. A equipe responsável por debater a temática era formada pela relatora do tema, a professora da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Alice Piffer Canabrava, os professores de São Paulo Astrogildo R. de Melo, Eurípedes Simões de Paula, José Roberto do Amaral Lapa, Leda Maria Pereira Rodrigues, Olga Pantaleão e Uacury Ribeiro de Assis Bastos, e pelo professor do Rio, Manuel Maurício de Albuquerque, que não compareceu ao I Simpósio.

---

<sup>11</sup> Concepção de currículo baseada nos pressupostos do teórico inglês Ivor Godson (BOCLIN, 2009. p. 10-11).

Ao explicar a definição do problema a partir da consideração da existência de um ensino tradicional que deveria ser suplantado por um ensino renovado, a relatora explica que tais termos foram assim definidos pela Comissão Organizadora. A equipe que discutiu o tema sugeriu que fosse feito um apelo para que se desse nas Faculdades de Filosofia preferência aos estudos de História do Brasil e da América à “História da Cultura e não propriamente à História Política, à História Administrativa, à História Biográfica” (ANAIS, 1962, p. 121).

A relatora afirma que o apelo da equipe de História do Brasil e da América do Simpósio é uma ressonância daquele que foi formulado pelos diretores dos Annales em 1929, Bloch e Febvre. Tal apelo, segundo ela, seria “colocar a História entre as outras ciências, fazer da História uma disciplina enquadrada nas conquistas intelectuais do nosso tempo” (ANAIS, 1961, p. 122).

Para haver a renovação do ensino era essencial que a História dialogasse com outras ciências. Assim, a relatora dá o exemplo de Afonso de E. Taunay como um historiador “cuja formação intelectual se prende à tradição do século XIX”. Ao se questionar sobre o que seria possível encontrar em sua mesa de trabalho, a relatora afirma que certamente seria possível encontrar “coletâneas de documentos, obras de cronistas e de historiadores, muitos exemplares das revistas dos Institutos Históricos do país, principalmente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Por outro lado, na mesa de Lucien Febvre, segundo ela encontrar-se-iam publicações e autores pertencentes a outras áreas das ciências sociais e não apenas à História (ANAIS, 1961, p. 124).

Febvre e Taunay personificavam, segundo a autora, épocas distintas na história da historiografia: a história puramente narrativa, ou *événementielle* ou historizante, e a “reflexão histórica alargada e aprofundada com o concurso de outras ciências” (ANAIS, 1961, p. 124). Taunay fora um “metódico à brasileira” (ANHEZINI, 2011). A partir dessa perspectiva, sua produção, entendida como própria de diletantes congregados em torno de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deveria ser superada.

Não se pode observar o relatório de Alice Piffer Canabrava como manifestação fidedigna do estado da arte a respeito da escrita da História do Brasil nos anos 1960, sob o risco de aceitar apressadamente uma leitura teleológica do processo de renovação de tal escrita. Segundo tal leitura, as transformações na história da historiografia se verificam a partir da passagem da predominância de determinado movimento intelectual a outro (ROIZ e SANTOS, 2012, p. 19). Diogo da Silva Roiz e Jonas Rafael dos Santos mostram que, amparado nas manifestações de procedimentos de pesquisa apresentados como inovadores,

existia um “projeto político” que visava obliterar os aportes de projetos historiográficos anteriores ou mesmo coetâneos (ROIZ e SANTOS, 2012, p. 56).

A exposição de Alice Piffer Canabrava não foi recebida de maneira pacífica. Hélio Vianna, catedrático de História do Brasil da Universidade do Brasil, questionou o fato da relatora ter apontado Afonso de E. Taunay como “um historiador do século XIX” por este ter sido, segundo Vianna, “o primeiro que criticou o uso errôneo de métodos da historiografia típicos deste século”. O professor afirma que em uma primeira fase de atividades Afonso de E. Taunay deteve-se mais na análise do que na síntese, mas justifica afirmando que “estávamos na época da análise e não da síntese”. Vianna afirma que posteriormente Taunay resumiu seus numerosos volumes em valiosos livros de síntese (ANAIS, 1962, p. 128). Em resposta à exposição de Hélio Vianna, Alice Piffer Canabrava afirma que haveria entre ela e o primeiro apenas um pequeno desentendimento. Afirma a autora, que o fato de considerar Taunay um historiador do século XIX, “não o diminui, nem diminui o valor da sua obra monumental” (ANAIS, 1962, p. 134).

O tema IV do I Simpósio tinha por título “Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo de História” e foi discutido por uma equipe formada pelos professores do Rio de Janeiro Eremildo Luiz Vianna (relator do tema), Flecha Ribeiro e Guy de Hollanda, e pelos professores de São Paulo José Roberto do Amaral Lapa, Maria Clara R. T. Constantino, Maria Conceição Vicente de Carvalho, Oswaldo E. Xidieh e Ubaldo Puppi.

Na conclusão de seu relatório, Eremildo Vianna assevera que independente das escolhas de técnicas e matérias auxiliares e complementares da História para integrar o currículo, o cuidado que se deveria tomar era “não sobrecarregar inutilmente a formação do professor” e nem “transformar os professores de História em filósofos, sociólogos ou geólogos, desviando-os da opção inicial, ao se matricularem nos cursos das Faculdades de Filosofia” (ANAIS, 1962, p. 147).

A intervenção de Pedro Calmon ao relatório faz coro com as proposições de Vianna, afirmando que em relação às matérias complementares dever-se-ia “persistir no programa de restrição em favor da maior compreensão, ensinar menos para ensinar melhor”. Em resposta às críticas a respeito da história *evenementielle* ou historizante, defende que a história deveria ser “narrativa, explicativa, descritiva e interpretativa”. Em suas palavras “a História deveria ser histórica” (ANAIS, 1962, p. 151).

Pode-se perceber que críticas como aquelas feitas por Alice Canabrava, de que a história deveria alargar suas reflexões a partir do estabelecimento de conexões com outras

ciências, são recebidas por Pedro Calmon com cautela, pois, para ele, existia o risco da História perder a sua identidade. A especificidade da História, para Calmon, residia na narração dos acontecimentos. Nesse sentido, Pedro Calmon faz uma defesa da concepção narrativa da História, que estava sendo alvo da crítica de Alice Canabrava.

\*\*\*

Pedro Calmon defendeu sua proposta acerca do estudo e da escrita da história nacional na conferência intitulada “História do Brasil, programa de cultura, consciência e patriotismo” (ANAIS, 1962, p. 35-47). Referendado por sua produção e por sua trajetória, afirma que não almejava fazer naquele momento uma conferência e sim participar de uma conversa com intimidade. Defende o uso do tom confidencial como corolário de sua longa experiência. Sentia-se reconhecido entre os pares para fazer revelações e suscitar algumas controvérsias, embora não fosse reputado por seus pares propriamente como um polemista.

Olhando retrospectivamente para a sua trajetória, Calmon afirma que desde a juventude tinha aspirações de escrever uma síntese da História do Brasil. Com o propósito de justificar a sua propensão à escrita de uma história que fosse global, sem desvios de especialização, se reporta a um suposto encontro que teve com o já idoso Capistrano de Abreu em sua juventude. O “admirável septuagenário” o teria desencorajado a escrever sobre a História do Brasil, afirmando que isso só seria possível dali a um século (o encontro teria se dado em 1927) (ANAIS, 1962, p. 37).

O “velho” Capistrano, como descreve Calmon, o teria desanimado a escrever uma História do Brasil afirmando que qualquer desígnio de se lançar na empreitada resultaria naquele momento em uma história discursiva e retórica. Para o experiente historiador, era imperioso organizar primeiro os materiais por meio de reedição crítica de fontes e do trabalho nos arquivos, a exemplo do que estava fazendo Afonso de E. Taunay em São Paulo. Publicar documentos naquele momento era compreendido como disponibilização de novas peças a partir das quais seria possível a composição dos “mosaicos da História”. De acordo com Karina Anhezini, para Afonso Taunay (e para Capistrano de Abreu), quanto mais monografias se escrevessem a partir dessas peças, mais próximo da verdade estaria o historiador (ANHEZINI, 2011, p. 158-159).

Entretanto, Pedro Calmon não estava disposto a contribuir com mais uma peça para o mosaico e não almejava fazer uma história com um enfoque regionalista, a exemplo de Taunay. Tampouco tencionava esperar a publicação dos documentos e monografias que

faltavam para elaborar uma história nacional. Ele não seguiu o conselho do “mestre” Capistrano, tendo posteriormente escrito e publicado livros de síntese acerca da História do Brasil. Na visão de Pedro Calmon, o que de fato faltava na historiografia brasileira nos idos dos anos 1930, quando sua geração “se apresentou valentemente para disputar o seu lugar ao sol”, era “o sentido da síntese explicativa do desenvolvimento nacional” (ANAIS, 1962, p. 39).

Calmon afirma ter perguntado a Capistrano se era justo permitir que os estudantes continuassem com os compêndios de Macedo e Mattoso, “velhos epítomes ensebados de pedagogia do Pedro II do século XIX, e nós que podemos, ou Vossa Excelência que pode escrever uma História do Brasil, nos recusemos a este serviço” (ANAIS, 1962, p. 38). Ele falava dos compêndios de lições de Joaquim Manoel de Macedo e Luís de Queiroz de Mattoso Maia. Ambos eram professores do Colégio Pedro II e produziram suas *Lições de História do Brasil* para utilização pelos alunos do colégio na segunda metade do século XIX. Macedo utilizou como fonte básica para o seu trabalho a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, que por muito tempo serviu como referencial para a elaboração de livros didáticos. Capistrano havia criticado o compêndio de Mattoso Maia afirmando que cometera um equívoco ao basear-se excessivamente no compêndio de Macedo (GASPARELLO, 2004, p. 134).

Ao fazer alusão aos compêndios de Macedo e Mattoso Maia, Pedro Calmon faz uma crítica a Capistrano por não ter conseguido escrever um livro original que pudesse ser usado como compêndio pelos alunos do Pedro II. Capistrano de Abreu foi professor do colégio de 1883 e 1889 e foi criticado por não ter escrito o seu compêndio quando seria o mais capacitado para fazê-lo (GASPARELLO, 2004, p. 153). Capistrano foi apontado como um professor que aparentemente era capaz de ir além da prática de ler aulas baseadas no resumo dos autores utilizados como bibliografia básica. Segundo o historiador José Veríssimo, Capistrano era um professor “capaz de fazer ele mesmo a sua ciência e de transmitir aos seus discípulos o gosto e a capacidade de a fazerem” (GONTIJO, 2006, p. 250).

Em seu relato, o conferencista afirma ter pensado, na ocasião daquele encontro de sua juventude, que Capistrano não tinha grande autoridade para falar de arquivos, uma vez que não tinha ido a Portugal e nem frequentado a Torre do Tombo, e publicara com graves erros o apógrafo da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador (ANAIS, 1962, p. 38). Podemos perceber que, nos anos 1960, Pedro Calmon se sente referendado a defender a sua concepção de história contrapondo-se a Capistrano de Abreu, considerado um “mestre” e um modelo no que diz respeito à escrita da História do Brasil. Apesar de rechaçar o conselho do ilustre

historiador e fazer críticas ao seu desconhecimento a respeito da documentação portuguesa, Pedro Calmon não pode deixar de se reportar à sua figura. A oposição de Capistrano à possibilidade da escrita de sínteses fundamentadas está presente como um horizonte, uma barreira a ser rompida.

O nome de Capistrano de Abreu figura na historiografia brasileira como um “marco fundamental”. Os anos 1950 marcaram a edificação da obra de Capistrano e sua introdução no cânone da historiografia brasileira que estava em processo de elaboração. Propunha-se uma leitura que qualificava o historiador como um elo entre a historiografia das primeiras décadas do século XX, percebida como uma continuidade da historiografia oitocentista, e uma “nova” historiografia em gestação. Capistrano foi representado como “precursor de uma história social no Brasil” (VENANCIO e SILVA, 2013, p. 420).

O autor contou com a consideração dos seus contemporâneos e dos seus pósteros. Sua “quase unanimidade” no conjunto da história da historiografia brasileira é indicada por Francisco Falcon, que também afirma que quando sua obra foi alvo de críticas, estas foram dirigidas ao que ele poderia ter produzido e não o fez (FALCON, 2011, p. 6). Pode-se perceber que ao questionar o posicionamento de Capistrano, contrapondo-se a ele, Pedro Calmon movia-se em um terreno perigoso, embora não possamos afirmar que tal encontro tenha de fato ocorrido.

A interpretação defendida por Pedro Calmon em sua conferência afirmava que, diferentemente do que Capistrano apregoara, era possível seguir o roteiro da civilização brasileira perseguindo a história do Estado. Segundo ele, os primeiros autores portugueses já tinham em vista uma noção de Brasil. Em sua concepção, “O Brasil é um caso raro de um país que idealmente surge da cabeça de Júpiter, armada e adulta na visão e previsão dos seus primeiros cronistas” (ANAIS, 1962, p. 44). Júpiter era Portugal. Na concepção calmoniana, à margem da referência do estado, a História do Brasil se reduziria a uma “cartilagem plástica e amorfa, sem a qual não teríamos a visão do desenvolvimento brasileiro” (ANAIS, 1962, p. 45).

Para referendar o seu argumento, o autor recua até os primeiros tempos da colonização e cita os cronistas Pero de Magalhães Gandavo, Rocha Pita e Frei Vicente do Salvador, cujos títulos das obras eram respectivamente “História da Província de Santa Cruz, ou Terra do Brasil”, “História da América Portuguesa” e “História do Brasil”. Tais títulos a seu ver reafirmariam a unidade nacional desde os primeiros tempos: “Quer dizer, nem da Bahia, nem de Pernambuco, história do conjunto brasileiro.” (ANAIS, 1962, p. 44).

O pensamento de Pedro Calmon é representativo de uma forma de conceber a formação histórica da nacionalidade que tem o Estado centralizado como principal personagem. Bruno Franco de Medeiros e Valdeci Lopes de Araújo asseveram que tal modelo de história geral se mostrou eficiente ao equilibrar as demandas eruditas de crítica e acúmulo de documentos. Tais documentos, embora fossem percebidos como pedras fundamentais para a escrita da história, serviam para corroborar uma concepção pré-existente, como a da centralidade do Estado no desenvolvimento brasileiro apregoada por Pedro Calmon (MEDEIROS e ARAÚJO, 2007, p. 28).

Em sua conferência aos professores universitários, Pedro Calmon defende o papel pedagógico que a história deveria desempenhar para os estudantes secundários, o de fomentar a consciência nacional. Assim, para além dos arquivos e das fontes bibliográficas, a história nacional e mesmo o futuro poderiam ser vislumbrados na própria geografia do país:

Quem quiser ver o século XXI vá a São Paulo de hoje ou Brasília. Quem quiser ver o século XX contente-se em frequentar aquela aldeia deliciosamente paisagística, que nós com saudade e emoção sempre evocamos, o Rio de Janeiro. O século XIX está em São Luís do Maranhão. Visitando São Luís do Maranhão eu me encontrei de repente no século XIX, e em algumas ladeiras velhas da minha querida cidade da Bahia, capital deste império sutil que eu costumo classificar de imperialismo baiano, tão dignamente representado nesta assistência. O século XVIII está mumificado em Minas Gerais. Quem quiser ver o século XVIII, mas não apenas o aspecto arquitetônico, as técnicas de trabalho, a conservação dentro de casa dos processos de vida, vá a uma velha cidade mineira como Sabárá e Ouro Preto. O século XVII, o século bandeirante, ainda encontramos, quem sabe, nesse oeste distante. O século XVI com o índio, o padre e o sertanista, ainda é um aspecto militante da igreja missionária, onde há tribos indígenas, no Acre, em Mato Grosso, no Brasil Central e alhures (ANAIS, 1962, p. 43).

Calmon mostra-se preocupado em escrever uma história que possibilitasse seguir o desenvolvimento do que chama de “sentido geral da História do Brasil” ou “enredo da civilização brasileira”, que em sua concepção era unívoco. A história regional para ele não se mostra adequada porque mesmo que cada região esteja em um estágio de desenvolvimento diferente, todas seguiriam a mesma linha ou roteiro de civilização. O todo seria responsável pelo desenvolvimento do particular e não o contrário.

No II Simpósio dos Professores Universitários de História, realizado na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em 1962, Pedro Calmon não foi convidado como conferencista e sim como presidente de uma das sessões do encontro. Em comunicação proferida na sessão presidida por Calmon, o professor Brasil Pinheiro Machado, Catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, faz menção à conferência do ano anterior, afirmando estar diante de um “emérito pesquisador”, que era também “autor da mais recente história geral do Brasil”. Machado não se contrapõe

diretamente ao discurso do reitor, entretanto, sente-se impelido a contrapor a perspectiva de Calmon de modo a defender a pertinência do trabalho que apresentava, um tópico de história regional. O professor afirma que na obra dos historiadores brasileiros já haviam sido delineadas teorias gerais da história do Brasil, mas essas teorias deveriam “sofrer mais elaboração por meio de trabalhos empíricos de investigação histórica. Tais teorias, não deveriam ser vistas como doutrinas, devendo ser testadas pelos historiadores monográficos” (ANAIS, 1963, p. 130).

José Ferreira Carrato, professor da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, comenta a comunicação de Brasil Pinheiro Machado anunciando que não entraria no mérito da contestação de Pedro Calmon a Capistrano de Abreu, mas indagava aos presentes “onde fica o surto historiográfico moderníssimo da ‘micro-história’ da historiografia nacional?”. O reitor, por sua vez, ao tomar a palavra, reafirma o “ceticismo” de Capistrano de Abreu acerca da história geral e defende a pertinência de se produzirem sínteses científicas, “afim de que os jovens estudantes não corram o perigo de conviver com textos apressados e sem probidade” (ANAIS, 1963, p. 183).

Apenas a comunicação de Brasil Pinheiro Machado foi reproduzida na íntegra nos anais. As intervenções de Carrato e Calmon à comunicação foram apenas sintetizadas, de modo que não podemos concluir se as palavras utilizadas na ocasião foram as relatadas nos anais. Entretanto, pode-se perceber uma tensão entre as posições de Carrato e Calmon. Carrato julga o ponto de vista de Calmon distanciado das principais tendências que se anunciavam no que concerne ao estudo e à escrita da história, e se utiliza da palavra “moderníssimo” para qualificar a orientação que se entrevia como propensa a tornar-se preeminente em sua contemporaneidade (ANAIS, 1963, p. 183).

### **Considerações finais**

Pode-se perceber que as palavras “inovação” e “moderno” são mobilizadas no relatório de Alice Canabrava e na crítica de José Ferreira Carrato à conferência de Pedro Calmon. Mas o que poderia ser considerado “inovador” ou “moderno” em termos de escrita da história do Brasil no início dos anos 1960 não é algo consensual. A *intelligentsia* brasileira de meados do século XX se idealizou de maneira antagônica em relação às gerações anteriores. A imagem de uma sociedade em movimento caracteriza o Brasil nessas décadas. Tal imagem encontrou nos artistas, cientistas, escritores e outros, seus representantes mais

aguerridos. Dessa maneira, a sociedade buscava elidir o seu passado, que em muitos aspectos ainda se fazia vivaz no seu presente.

Deve-se atentar que o “antes” e o “depois” de toda sequência são também parâmetros normativos, que regulam condutas e concepções políticas, “cujos significados são extraídos tanto do que se nega quanto do que se busca afirmar sobre continuidades e rupturas” (BOTELHO, 2008, p. 15). Em meio às disputas para a demarcação do sentido do “novo”, os litigantes buscam legitimar suas próprias causas, propósitos e classificações. Tal perspectiva é válida também para as avaliações acerca da escrita da história do Brasil.

Por outro lado, temos com a realização do I Simpósio a união de diversas figuras ligadas ao ambiente universitário em prol da demarcação de fronteiras disciplinares e da consolidação do ofício de historiador como algo a ser aprendido a partir de uma formação nos cursos de História. Esse esforço é paralelo à luta pela demarcação dos territórios de atuação do licenciado na área. Nesse sentido, o I Simpósio se realiza como uma expressão dessa mobilização em prol da fixação dos critérios que qualificariam alguém como historiador.

Pedro Calmon participa desse movimento como uma figura auxiliar. Ele não atua como professor universitário de História, mas sua trajetória intelectual ligada à área e sua posição de reitor foram reconhecidas por seus pares por meio do convite para proferir a conferência de abertura no evento. Nos termos de Pierre Bourdieu, Calmon pode ser definido como detentor de um “forte peso político” nas décadas em questão; entretanto, a acumulação do chamado “capital político” não assegurava correspondência da existência do outro tipo de capital, o científico, sobretudo porque os mecanismos para legitimação de um historiador estavam se modificando (BOURDIEU, 2004, p. 38).

Calmon também reconhecia que sua posição era proeminente, pois se sentia competente para questionar o mérito de Capistrano de Abreu e defendia seus posicionamentos se colocando em um lado oposto ao do ilustre historiador. Embora estivesse engrossando as fileiras do movimento em prol da especialização da História, seus posicionamentos acerca da forma como se deveria escrever a História do Brasil não eram compartilhados por boa parte dos participantes do evento, pois eram considerados “tradicionais” e ultrapassados.

### **Referências Bibliográficas:**

*Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961*. São Paulo: FFCL-USP, 1962.

*Anais do II Simpósio dos Professores Universitários de História*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, [1963].

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a História da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOCLIN, Beatriz. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II – a década de 1979 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Tese (Doutorado em Educação) 294f. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BOTELHO, André; BASTOS, Elide Rugai e VILLAS BÔAS, Gláucia. (orgs.). *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia crítica do campo científico. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONDÉ, José. Escritores e Livros. *Correio da Manhã*, 18/02/1960. Fundo Pedro Calmon. Academia Brasileira de Letras. Caixa 11.6.1

COSTA, Edson Tavares. *A construção e a permanência do nome do autor: o caso José Condé*. 295f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

DOYLE, Plínio. *Bibliografia de Pedro Calmon*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 147(351), p. 585-614, abr./jun. 1986.

FALCON, F. *As Idéias e Noções de 'Moderno' e 'Nação' nos Textos de Capistrano de Abreu: Os ensaios e estudos, 4a série - comentários*. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, 12. dez. 2011. p. 6. Disponível em:

<<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/262/224>>. Acesso em: 02 mai 2015.

FÀVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento. In: *Anais da 23ª Reunião da ANPED*. Caxambú, MG, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>>. Acesso em 15 out 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *Construtores de identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

- GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1976.
- GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da UFF, Niterói, 2006.
- GUIMARÃES, Lucia Paschoal. *Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170, 2005.
- MEDEIROS, Bruno Franco de e ARAÚJO, Valdeci Lopes. A história *de Minas como história do Brasil*: o projeto historiográfico do APM. In: Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLIII, pp. 22-37, 2007.
- MESQUITA, Daniel Pereira. *Boletim de História: uma experiência de vanguarda na Faculdade Nacional de Filosofia. 1958/ 1963*. Dissertação (Mestrado em História) 114f. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998.
- PEREIRA, Ludmila Gama. *O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). 152f. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- POLLAK, Michael. Memória, história e esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROIZ, Diogo da Silva. e SANTOS, Jonas Rafael dos. *As transferências culturais na historiografia brasileira: leitura e apropriações do movimento dos Annales no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- SILVA, Paulo Thiago Gonçalves da. *A Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico. (1961-1977)*. Tese (Doutorado em História). 334f. Brasília, Universidade de Brasília, 2014.
- VENANCIO, Giselle Martins. *Prefigurações da paisagem historiográfica: revistas, coleções e mediação*. In: GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (Orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 436-463.
- VENANCIO, Giselle Martins e SILVA, Ítala Byanca Morais da. Um tal João, um tal Francisco: disputas intelectuais e monumentalização da produção intelectual de Capistrano de Abreu e Oliveira Viana nos anos 50. In: PEREIRA, Mateus. et. al. (Orgs.) *Contribuições à História da Historiografia Luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2013. pp. 389-424.

**Recebido em:** 09/03/2017

**Aprovado em:** 25/07/2017